

Urgência em Minas

por Eimar Magalhães
de Belo Horizonte

O programa de investimentos do governo mineiro para 1982 poderá ser comprometido nos próximos meses caso o Senado Federal não aprove, com urgência, os pedidos estaduais para contratação de empréstimos externos e lançamento de títulos da dívida pública (ORTM) que, no momento, sobem a Cr\$ 55 bilhões, ou seja, já representam 28% da receita do ICM prevista para este exercício. A advertência foi feita ontem pelo secretário da Fazenda, Márcio Garcia Vilela, que considera a obstrução dos trabalhos no Senado uma prova de incapacidade do PDS.

"O Senado está parado e isso demonstra também ineficiência do partido do governo. Se ele tem a maioria entre os senadores, deve fazer valer

essa vantagem", criticou Vilela. Ele informou que a situação do estado, se não liberados os pedidos, ficará insustentável nos próximos meses e admitiu que o déficit do orçamento estadual este ano (de Cr\$ 55 bilhões) poderá até não ser coberto.

O secretário da Fazenda considerou que, no caso de sacrifícios ao programa de investimentos, os setores de saneamento básico e de implantação e pavimentação de estradas — as duas maiores aplicações previstas para 1982 em Minas Gerais — serão os mais atingidos. E acrescentou: "Espero que os homens que têm a ver com o processo eleitoral — os que também sentirão de maneira forte os efeitos de uma paralisação nos projetos em andamento — se mobilizem para que o Senado aprove nossos pedidos".